

Exercício de Fixação 1

1. Qual é a principal função das emendas parlamentares ao orçamento?

- A) Criar novos tributos federais.
- B) Alterar exclusivamente as despesas discricionárias.
- C) Permitir a participação do Poder Legislativo na elaboração e ajuste do orçamento.
- D) Autorizar operações de crédito dos estados.

2. Quais identificadores de RP não costumam ser objeto de emendas parlamentares (assinale todas as aplicáveis)?

- A) RP 0
- B) RP 1
- C) RP 2
- D) RP 3
- E) RP 6
- F) RP 7
- G) RP 8

3. Quais os RP de execução obrigatória (assinale todas as aplicáveis):

- A) RP 2
- B) RP 3
- C) RP 6
- D) RP 7
- E) RP 8

4. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) possui como uma de suas atribuições:

- A) Sancionar a Lei Orçamentária Anual.
- B) Executar diretamente as despesas públicas.
- C) Analisar a admissibilidade e adequação financeira das emendas.
- D) Elaborar o Plano Plurianual sem participação do Executivo.

5. Segundo a Constituição Federal, para serem admitidas, as emendas ao orçamento devem:

- A) Aumentar a despesa pública total.
- B) Indicar a origem dos recursos e respeitar as metas fiscais.
- C) Destinar recursos de 50% a ações e serviços de saúde.
- D) Ser aprovadas por unanimidade no Congresso.

6. Em qual período do ciclo orçamentário normalmente ocorre a fase de apresentação e discussão das emendas ao orçamento?

- A) Janeiro a março do ano de execução.
- B) Abril a junho do ano anterior.
- C) Setembro a dezembro.
- D) Apenas após a aprovação da LOA.

7. Assinale a alternativa correta sobre as emendas parlamentares.

- A) Podem alterar apenas a Lei Orçamentária Anual.
- B) São instrumentos destinados a corrigir falhas e erros materiais do Executivo.
- C) Permitem a atuação do Legislativo nos instrumentos orçamentários.
- D) Não possuem impacto relevante na alocação de recursos públicos.

8. Qual documento estabelece as regras gerais para apresentação e execução das emendas?

- A) Plano Plurianual (PPA).
- B) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- C) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- D) Decreto de Programação Financeira.

9. Um gestor público recebe recursos oriundos de emenda parlamentar. Qual conhecimento é mais importante para garantir sua correta execução?

- A) Técnicas de arrecadação tributária.
- B) Regras de endividamento público.
- C) Normas relativas à execução orçamentária.
- D) Regulamentação cambial.

10. Um parlamentar deseja ampliar recursos para a construção de uma unidade de saúde em seu estado. Para que sua proposta seja considerada admissível, ela deverá:

- A) Aumentar a despesa total prevista no orçamento.
- B) Indicar fonte dos recursos e observar as regras fiscais vigentes.
- C) Criar uma nova receita tributária federal.
- D) Ser aprovada diretamente pelo ministério responsável.

11. Durante a análise de uma emenda, a CMO identifica incompatibilidade com as regras da LDO. Nesse caso:

- A) A emenda deve ser considerada inadmissível.
- B) A emenda torna-se automaticamente obrigatória.
- C) A execução deve ocorrer normalmente.
- D) A análise é transferida ao TCU.

12. Assinale a alternativa correta:

- I. As emendas parlamentares aumentaram sua relevância na última década.
- II. A compreensão das emendas é importante para gestores públicos.
- III. Apenas o Poder Executivo participa da definição do orçamento.
- A) Apenas I. B) Apenas II e III. C) Apenas I e II. D) I, II e III.

13. Considerando o orçamento federal, a crescente participação das emendas parlamentares significa que:

- A) O Executivo diminuiu seu interesse em elaborar o orçamento.
- C) As despesas discricionárias perderam relevância para o PPA.
- D) O Congresso passou a executar diretamente o orçamento por meio de emendas.
- D) O Legislativo possui influência relevante sobre a alocação de parcela dos recursos públicos.

14. Considerando o aumento da participação das emendas parlamentares na alocação de recursos públicos, qual é o principal desafio para os gestores públicos?

- A) Convencer o Parlamento da relevância das dotações incluídas no Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Executivo.
- B) Propor aos decisores estudos para redução das emendas parlamentares e retorno da prevalência de programações do Poder Executivo.
- C) Compreender as regras, subsidiar os gestores na proposição de emendas e acompanhar a sua execução das para garantir efetividade e conformidade legal.
- D) Substituir o planejamento governamental pelas emendas parlamentares.